

Pontes Quinzenal

Revisão quinzenal das mais importantes notícias para o Brasil sobre comércio e desenvolvimento sustentável

Vol. 4 · No. 1, 2 de fevereiro de 2009

NOTÍCIA MULTILATERAL

OMC observa “evidência limitada” de protecionismo em meio à crise..... 1

NOTÍCIA REGIONAL

Licenciamento de importações: retrocesso revogado..... 3

BREVES MULTILATERAIS

OMC acolhe reclamação chinesa contra tarifas de importação dos EUA..... 4

EUA questionam proibição européia à carne de frango 5

BREVE REGIONAL

EUA: primeira usina de etanol a partir da cana-de-açúcar utilizará método de produção brasileiro 6

EVENTOS Y INFORMAÇÕES ÚTEIS

Fóruns Multilaterais 7

Fóruns Regionais 7

Informações Úteis 8

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de PONTES Quinzenal podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do Pontes Quinzenal ou deseje acessar números passados, visite nosso site <http://ictsd.net/news/pontesquinzenal/>.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

NOTÍCIA MULTILATERAL

OMC observa “evidência limitada” de protecionismo em meio à crise

De modo geral, os Membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) não têm recorrido de forma acentuada ao protecionismo em meio à atual turbulência econômica mundial, afirma relatório elaborado pelo Diretor-Geral da OMC, Pascal Lamy. Mas à medida que a crise continua, é possível que os países aumentem suas tarifas comerciais a fim de proteger suas indústrias domésticas, ainda que respeitem os compromissos assumidos perante a OMC. Apesar do temor generalizado, o relatório de Lamy afirma que, até o momento, houve somente uma evidência limitada de aumento nas tarifas, barreiras não-tarifárias e medidas comerciais corretivas.

Muitos analistas temem que os governos estabeleçam barreiras comerciais às importações concorrentes para proteger os produtores domésticos dos impactos da crise econômica. Os economistas alertam que tais medidas inibem o comércio, exacerbando e prolongando a crise mundial. Com efeito, atribui-se à rápida expansão do protecionismo da década de 1930 a mais profunda depressão econômica do século XX.

Em entrevista concedida ao Canal de Notícias do Reino Unido em finais de janeiro, Lamy defendeu que soluções isoladas não surtem efeitos no mundo atual, inter-dependente. Nesse sentido, ele recomendou um trabalho conjunto e a observância das regras do sistema internacional.

Com esse objetivo, Lamy continua a pressionar os Membros da OMC para que concluam a Rodada Doha, pois acredita ser ela necessária à garantia de que o fluxo internacional de bens e serviços não seja reduzido quando a economia desacelerar. De acordo com o relatório, se houver maior disciplina multilateral, o espaço para restrições comerciais

pode ser reduzido, evitando-se o protecionismo em meio a turbulências econômicas mundiais.

Em discurso proferido em Londres em meados de janeiro, Lamy observou que, quando o mundo volta-se ao protecionismo, os impactos negativos recaem sobre os mais vulneráveis. Dessa forma, na atual conjuntura, a política de segurança da OMC torna-se ainda mais indispensável.

“Nada trágico” nas novas políticas comerciais dos Membros

Lamy afirma que desde o início da crise não houve ‘nada trágico’ em termos de aumento no protecionismo. O relatório publicado em finais de janeiro descreve diversas políticas implementadas recentemente pelos Membros da OMC que restringem ou distorcem o comércio.

De acordo com o relatório, a medida mais significativa correspondeu ao aumento da ajuda concedida a certas indústrias, notadamente aquelas do setor automotivo. Lamy destaca, ainda, que Alemanha, Argentina, Austrália, Canadá, China, EUA, França, Rússia e Suécia aprovaram pacotes de apoio aos fabricantes de automóveis domésticas. Medidas mais específicas incluem incentivos ao consumidor, aumento nas tarifas de importação de carros, bem como empréstimos e isenção ou redução de impostos para fabricantes e vendedores de automóveis.

Embora o relatório ressalte que o efeito de tais medidas sobre o comércio internacional ainda é desconhecido, Lamy afirmou ao canal de notícias britânico que os pacotes de ajuda concedidos pelos países desenvolvidos (PDs) constituem uma discriminação contra os países em desenvolvimento (PEDs), os quais não são capazes de oferecer ajuda no mesmo nível a seus produtores domésticos.

O relatório também destacou determinadas instâncias nas quais houve aumento das tarifas recentemente. O Equador, por exemplo, aumentou a tarifa de 940 produtos, mas insiste que as alíquotas estão em conformidade com os compromissos assumidos perante a OMC. Segundo o governo, a elevação das tarifas foi pensada com o objetivo de incrementar a receita de Quito em US\$ 85,5 milhões.

Em novembro, a Índia restringiu as importações e aumentou as tarifas sobre determinados produtos de aço, ressalta o estudo. A Indonésia também restringiu o número de portos e aeroportos autorizados a receber importações internacionais. De modo similar, a União Européia (UE) anunciou planos de restaurar subsídios às exportações sobre alguns laticínios, decisão fortemente criticada pelo Grupo de Cairns, integrado por países exportadores de bens agrícolas.

Estudiosos do comércio, entretanto, alertam que o protecionismo não deve ser entendido simplesmente como um aumento nas tarifas, uma vez que também se manifesta por meio de uma série de medidas retaliatórias no âmbito da OMC.

Até o momento, entretanto, o relatório do Diretor-Geral conclui que não houve um aumento considerável no número de investigações sobre anti-*dumping* iniciadas nos últimos meses. Estudiosos esperam que essa cifra aumente em 2009.

No relatório, Lamy expressou maior preocupação com relação ao baixo financiamento concedido ao comércio – o motor do comércio global, o que pode ter efeitos devastadores para o comércio (ver *Bridges Weekly Trade Digest*, 19 nov. 2008, disponível em: <<http://ictsd.net/i/news/bridgesweekly/33962/>>.

O custo do crédito ao comércio triplicou em algumas economias emergentes, além de ter se tornado mais escasso, de acordo com o relatório. O intervalo entre oferta e demanda alcançou cerca de US\$ 25 bilhões em novembro, de acordo com representantes do setor privado.

Contudo, passos significativos já foram dados para suprir a carência de crédito no comércio. O Banco Central do Brasil, por exemplo, reagiu rapidamente com um empréstimo de US\$ 1,62 bilhão para o comércio em outubro; as agências de crédito mais representativas aumentaram as garantias de créditos de curto-prazo; e os EUA e China anunciaram, em dezembro, que forneceriam, juntos, US\$ 20 bilhões para o financiamento do comércio (ver: *Bridges Weekly Trade Digest*, 10 dez. 2008, disponível em:

<<http://ictsd.net/i/news/bridgesweekly/35964/>>).

Contudo, tais ações podem não ser suficientes: de acordo com o relatório, apesar dos esforços, permanece incerto se o financiamento do setor privado será capaz de atender a demanda, particularmente em PEDs.

“Um trabalho em andamento”

Ainda que o relatório tenha sido anunciado como “puramente factual”, o próprio Lamy reconhece que a qualidade e a abrangência dos dados apresentados no relatório não devem ser tomadas como certas. Isso porque as informações sobre mudanças nas políticas comerciais e políticas relacionadas ao comércio mencionadas pelo estudo foram coletadas pelo Secretariado a partir de uma variedade de fontes públicas e oficiais, segundo Lamy.

Nesse sentido, Lamy referiu-se ao relatório como um “trabalho em andamento” e prometeu acompanhar atentamente o tema do estudo nos próximos meses.

Tradução e adaptação de *Bridges Weekly Trade Digest*, Vol. 13, No. 3, 28 jan. 2009.

NOTÍCIA REGIONAL

Licenciamento de importações: retrocesso revogado

Um erro fenomenal. Foi assim que o Presidente Lula teria qualificado a iniciativa, anunciada no início da última semana pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), de retomar o licenciamento de importações no Brasil, prática abandonada no início dos anos 90. Por ordem da presidência, o MDIC e o Ministério da Fazenda anunciaram no dia 28 de janeiro a suspensão da exigência de obtenção de licença prévia para a importação de produtos de 17 setores.

Durante seus dois dias de vigência – entre a adoção na segunda-feira e a revogação na quarta-

feira – a medida gerou consternação nos meios empresariais e entre os principais parceiros comerciais do país, além de ter causado transtornos à indústria. Autoridades argentinas e uruguaias manifestaram seu descontentamento e foram fartas as críticas do setor privado. Os setores produtivos brasileiros temiam que o aumento do controle governamental sobre as importações criasse uma barreira não-tarifária ao comércio, prejudicando as importações. Empresas atuantes no ramo de telefonia celular chegaram a paralisar sua produção por falta de insumos importados, necessários à produção.

Segundo o MDIC, a medida não tinha objetivos protecionistas, mas buscava aprimorar o acompanhamento estatístico das importações brasileiras. Seria, deste modo, uma exigência administrativa sem grandes complexidades, que atrasaria o procedimento de importação em, no máximo, 10 dias. Os fatos que se seguiram à divulgação da medida, entretanto, levantam sérias dúvidas quanto a sua real motivação. Diante da pressão de setores da indústria nacional, a exigência de licenciamento foi logo flexibilizada, excluindo determinados bens utilizados como insumos pela indústria nacional, assim como os bens de capital. Sabia-se, portanto, que seria nocivo às importações a ponto de afetar a indústria doméstica.

Ao anunciar a suspensão da medida, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou que a nova regra foi “mal entendida” e “mal interpretada”, insistindo em seu caráter estatístico. Sua argumentação, contudo, tornou evidente que as preocupações brasileiras eram outras. Segundo palavras do próprio Ministro, “a crise internacional gerou uma diminuição das exportações de commodities no Brasil e em outros países. Isso criou uma preocupação com o desempenho da balança comercial”. A adoção da medida seria, assim, uma tentativa – desesperada, segundo seus críticos – de reequilibrar a balança comercial brasileira pela redução das importações.

Não se pode afirmar que o licenciamento de importações pretendido pelo governo é contrário à legislação internacional vigente. Tal prática é admitida pela Organização Mundial do Comércio (OMC) desde que as medidas sejam neutras em sua aplicação e administradas de maneira simples,

transparente e previsível, de modo a evitar que se transforme em uma barreira ao comércio. Inúmeros são os países que ainda adotam sistemas de licenciamento de importações, como é o caso da Argentina. Entretanto, o inconveniente é justamente este: ser comparado a países com economias mais fechadas do que a brasileira.

Sob o prisma político, a medida anunciada poderia ser considerada inconveniente, pois contraria o curso histórico das relações econômicas brasileiras com o exterior. Assim, haveria uma patente contradição com o discurso político adotado pelo Brasil em diferentes fóruns internacionais. Tome-se por exemplo a última reunião do G20 financeiro em Washington, na qual o Presidente Lula defendeu novamente a importância da liberalização comercial sob a Rodada de Doha e ressaltou a importância de evitar a retomada de práticas protecionistas como resposta à crise. Mais do que um erro fenomenal, uma incoerência histórica, manter o licenciamento de importações teria sido a ratificação de um retrocesso.

Fontes consultadas:

Folha de São Paulo. *Delfim e Armínio criticam freio à importação* (28/01/09). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=540907>. Acesso em: 30 jan 09.

O Estado de São Paulo. *Argentinos ficaram 'surpresos'* (28/01/09). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=540846>. Acesso em: 30 jan 09.

O Estado de São Paulo. *Lula manda suspender bloqueio à importação* (29/01/09). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=541336>. Acesso em: 30 jan 09.

O Estado de São Paulo. *Medida atrasou produção* (29/01/09). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=541444>. Acesso em: 30 jan 09.

O Estado de São Paulo. *Recuo na política comercial* (28/01/09). Disponível em:

<http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=541009>. Acesso em: 30 jan 09.

Valor Econômico. *Barreira causou inquietação aos países vizinhos* (29/01/09). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=541343>. Acesso em: 30 jan 09.

Valor Econômico. *Deterioração da balança comercial assusta – e muito* (29/01/09). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=541453>. Acesso em: 30 jan 09.

BREVES MULTILATERAIS

OMC acolhe reclamação chinesa contra tarifas de importação dos EUA

A Organização Mundial do Comércio (OMC) anunciou, em 21 de janeiro, que acolherá a reclamação apresentada por Pequim contra as tarifas de importação impostas pelos Estados Unidos da América (EUA) sobre pneus chineses, tubos de aço e sacos de tecido.

Esta é a segunda vez que Pequim apresenta um questionamento perante o Órgão de Solução de Controvérsias da OMC e a primeira em que é constituído um painel em resposta a uma reclamação chinesa. A primeira reclamação apresentada pela China, que questionava as tarifas de importação dos EUA sobre um tipo de papel, foi solucionada na fase de consultas.

Os EUA alegam que as tarifas justificam-se pelo fato da China vender os produtos no mercado estadunidense com preço inferior ao valor normal, prática conhecida como *dumping*. As regras da OMC permitem que os Membros compensem os efeitos do *dumping* por meio de tarifas de importação ou outras medidas punitivas contra o país que viola as regras da Organização. Neste caso, entretanto, a China argumenta que a retaliação dos EUA foi desproporcional.

A China deu início ao caso em setembro (ver: *Bridges Weekly Trade News Digest*, 25 set. 2008, disponível em: <<http://ictsd.net/i/news/bridgesweekly/29763/>>). As consultas entre as duas Partes ocorreram em novembro, mas não se chegou a uma solução para o problema. Os painéis de contenciosos são normalmente formados em até 45 dias após a apresentação do pedido e uma decisão pode levar seis meses ou mais.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, No. 2, 21 jan. 2009.

EUA questionam proibição europeia à carne de frango

Na semana passada, os Estados Unidos da América (EUA) anunciaram que podem questionar perante a Organização Mundial do Comércio (OMC) a proibição imposta pela União Europeia (UE) à importação de aves submetidas a tratamento químico. Por mais de uma década, Bruxelas impediu a entrada de aves tratadas com produtos químicos bactericidas, como o Dióxido de Cloro, tratamento este considerado seguro e eficiente pelos EUA.

O pedido de consultas foi feito um dia depois que a administração Bush anunciou mudanças na aplicação de sanções comerciais de natureza retaliatória, relacionadas à proibição da UE à importação de carne tratada com hormônios. Tal medida tem o objetivo de pressionar Bruxelas ainda mais para que antigos contenciosos agrícolas sejam solucionados.

Os tratamentos à carne de frango têm sido amplamente aplicados nos EUA por muitos anos e de forma segura, de acordo com a então Secretária do Comércio estadunidense Susan Schwab. Ela afirma que os EUA tentaram dialogar com a UE por mais de onze anos, mas que nem a Comissão Europeia nem os Estados Membros da UE ofereceram razões legítimas e científicas para manter a proibição da importação de carne de frango.

Para Shaun Donnelly, Diretor da *National Association of Manufacturers (NAM)*, entidade classista estadunidense, a proibição da UE não tem base científica. Donnelly sustenta que o frango produzido nos EUA já foi exaustivamente testado e considerado seguro para o consumo e para o meio-ambiente, tanto por autoridades em segurança alimentar dos EUA quanto da UE.

A UE assegura que a proibição é justificada. Peter Power, porta-voz da UE, lamentou a decisão dos EUA de recorrer ao órgão de solução de controvérsias da OMC para tratar do assunto. Power negou que a proibição seja discriminatória em relação às importações provenientes dos EUA, e afirmou que a regulamentação aplicada pela UE dirige-se tanto aos produtos domésticos quanto aos importados. Power afirmou, ainda, que as autoridades europeias estudariam cuidadosamente os pedidos americanos e que procederiam com as consultas em boa-fé.

A decisão de Washington de iniciar os procedimentos perante a OMC foi louvada pelos produtores de aves daquele país, que vêm sofrendo com as fortes oscilações dos preços de frangos e de rações desde o início da crise econômica. A produção estadunidense de frango expandiu fortemente desde que a UE pôs em prática a proibição em 1997, de modo que a indústria procura manter o ritmo de crescimento por meio do acesso ao mercado europeu. Atualmente, as exportações somam algo em torno de 16% da produção.

De acordo com as regras da OMC, Washington e Bruxelas têm 60 dias para realizar as consultas. Se as partes não chegarem a um acordo até o final deste período, os EUA poderão solicitar que um painel avalie o caso.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, No. 2, 21 jan. 2009.

BREVE REGIONAL

EUA: primeira usina de etanol a partir da cana-de-açúcar utilizará método de produção brasileiro

Os Estados Unidos da América (EUA) podem ganhar sua primeira usina geradora de etanol a partir da cana de açúcar, o que representa uma inovação para a produção no país, que tem no milho a matéria-prima tradicional do biocombustível. O empreendimento instalado no Havaí é fruto do acordo entre a empresa *Pacific West Energy LLC* e a estatal de energia *Kauai Island Utility Co-op*. Segundo os termos do contrato, a usina de açúcar Gay & Robinson será adaptada para gerar 60 milhões de litros de etanol e 30 megawatts de energia elétrica por ano.

A forma de produção será baseada no modelo brasileiro, o qual trabalha com a geração concomitante de energia elétrica pela queima do bagaço, a princípio para suprir as necessidades da própria usina. De acordo com Dennis Esaki, presidente da *Kauai Island Utility*, o projeto estipula como meta que, em até 15 anos, ao menos metade da eletricidade necessária ao funcionamento interno seja provida por meio de fontes renováveis.

O excedente de energia elétrica será direcionado ao abastecimento da demanda de consumo da ilha. De acordo com o Departamento de Negócios, Desenvolvimento Econômico e Turismo, a geração de eletricidade prevista da usina poderia suprir até 35% da atual demanda energética do Estado.

William Maloney, presidente da *Pacific West Energy*, destacou a importância do fornecimento de energia para o Havaí. Como a ilha possui poucas fontes de energia renovável, a utilização de fontes alternativas sustentáveis colaboraria para reduzir o uso local de diesel, explicou o executivo.

Outra característica inspirada no método brasileiro consiste em manter a capacidade de fabricação flexível, de forma que a indústria volte-se ao açúcar ou ao etanol, conforme a variação da

demanda e dos preços de mercado para cada produto.

O projeto, que ainda se encontra em fase de implementação, deve contar com financiamento de investidores particulares, além de verbas do Departamento de Agricultura dos EUA, órgão cujas incumbências incluem o apoio a iniciativas voltadas para a geração de energia renovável. Maloney afirma que o custeio do empreendimento tem enfrentado dificuldades devido ao alto custo de importação do produto.

A fim de estimular a produção local de etanol, o governo havaiano determinou a mistura obrigatória à gasolina na proporção de 10%. Entretanto, apesar da disponibilidade de terras, até agora o plantio não se desenvolveu de forma significativa. Ademais, o poder público analisa a possibilidade de exigir que ao menos 20% da eletricidade utilizada nos prédios públicos seja proveniente de fontes renováveis.

Além do fornecimento de energia e da produção de etanol, outra expectativa em torno do empreendimento relaciona-se ao mercado de trabalho local: há previsão de que os 200 funcionários da usina de açúcar dispensados pela *Gay & Robinson* sejam absorvidos pelo novo projeto, que deve contratar outros 100 trabalhadores.

Redação Equipe Pontes.

Fontes consultadas:

União da Indústria de Cana-de-açúcar. *Usina de cana-de-açúcar americana adota modelo de produção brasileiro*. (16/01/2009). Disponível em: <<http://www.unica.com.br/noticias/show.asp?nwsCode={526A2802-8C8E-4125-AF9A-39C88E058E6C}>>. Acesso em: 17 jan. 2009.

Biofuels Digest. *Pacific West reaches power agreement with Kauai Island Utility Co-op, advancing planned sugarcane ethanol, power project*. (29/12/2008). Disponível em: <<http://biofuelsdigest.com/blog2/2008/12/29/pacific-west-reaches-power-agreement-with-kauai-land-utility-co-op-advancing-planned-sugarcane-ethanol-power-project/>>. Acesso em: 27 jan. 2009.

Biomass Magazine. *Hawaii utility co-op to buy ethanol producer's power*. (30/12/2008). Disponível em: <http://www.biomassmagazine.com/article.jsp?article_id=2330>. Acesso em: 27 jan. 2009.

Hawaii Free Press. *Ethanol plant plan advances: Kauai sugar mill would produce vehicle fuel, burn bagasse for power*. (29/12/2008). Disponível em: <<http://www.hawaiifreepress.com/Main/Default.aspx>>. Acesso em: 27 jan. 2009.

EVENTOS Y INFORMAÇÕES ÚTEIS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>.

03 e 04 de fevereiro

Reunião do Conselho Geral

04 a 06 de fevereiro

Reunião do Mecanismo de Revisão de Políticas Comerciais – Guatemala

11 de fevereiro

Reunião do Órgão de Solução de Controvérsias

UNCTAD

Informações:

<<http://www.unctad.org/Templates/StartPage.asp?intItemID=2068>>.

04 a 05 fevereiro

Reunião anual de especialistas sobre cooperação internacional: cooperação sul-sul e integração regional

Local: Genebra, Suíça

09 11 de fevereiro

Apresentação do relatório sobre política de investimentos do Vietnam

Local: Genebra, Suíça

10 e 11 de fevereiro

Reunião anual sobre investimentos para o desenvolvimento

Local: Genebra, Suíça

Fóruns Regionais

Mercosul

Informações não divulgadas.

Cepal

Informações não divulgadas.

OCDE

Informações:

<http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_201185_32618737_1_1_1_1,00.html>.

02 de fevereiro

Palestra “A política orçamentária em tempos de crise”, com Jean-Luc Schneider

Local: Paris, França

03 de fevereiro

Divulgação de notas estatísticas: Preços ao consumidor OCDE

03 de fevereiro

Fórum internacional da Universidade de Sydney: “Problemas de hoje, mundo de amanhã”

Local: Sydney, Austrália

9 e 10 de fevereiro

Reunião “Construindo parcerias fortes com o setor privado por empregos melhores e inclusão”

Local: Viena, Áustria

12 de fevereiro

Coerência parlamentar de alto-nível “Coerência política para o desenvolvimento e a migração”

Local: Bruxelas, Bélgica

13 e 14 de fevereiro

Reunião dos ministros de finanças e gestores dos bancos centrais do G-7

Local: Roma, Itália

Informações Úteis

Encontro anual da ASIL

O encontro anual da Sociedade Americana de Direito Internacional (ASIL, sigla em inglês) ocorrerá entre os dias 25 e 28 de março em Washington DC, EUA. A edição de 2009 do evento será organizada em torno da temática “International Law as Law”. A programação do encontro é fechada, ou seja, não há chamada para submissão de artigos. As informações sobre custos serão disponibilizadas em breve no site da ASIL. Para mais informações: <<http://www.asil.org/annual-meeting.cfm>>.

Concurso da ANPOCS e FFORD premia melhores trabalhos sobre a Constituição de 1988

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e a Fundação Ford abriram candidaturas para o concurso de Melhores Trabalhos sobre a Constituição de 1988. O concurso é dirigido para professores, pesquisadores e alunos das áreas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Serão concedidos 6 prêmios em dinheiro: 3 para estudantes, no valor de R\$ 2.500,00 cada; e 3 para pesquisadores e professores, no valor de R\$ 5.000,00. Os vencedores também receberão certificado da ANPOCS e terão seus trabalhos publicados em livro lançado durante o 33º Encontro Nacional da ANPOCS, em 2009. Os interessados em participar devem enviar seus trabalhos até 28 de fevereiro. Para mais informações, ver: <http://www.anpocs.org.br/portal/content/view/456/52/>.

PIBIC abre inscrições

Estão abertas as inscrições para o programa de fomento à pesquisa voltado a estudantes de graduação – o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC - CNPQ). A bolsas de R\$ 300,00 mensais é concedida durante 12 meses, prorrogáveis após avaliação institucional. As candidaturas devem ser enviadas até 28 de fevereiro.

Projeto Pensando o Direito está com inscrições abertas

O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) e a Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça (SAL) abriram inscrições para o Projeto Pensando o Direito (BRA/07/004), relativo à Democratização de Informações no Processo de Elaboração Normativa. Os interessados em participar devem enviar suas propostas de projeto até 13 de março. Para mais informações, ver: <<http://www.mj.gov.br/sal>>.